

# **POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA CARREIRA E DA REMUNERAÇÃO**

Wellington Felipe Costa de Macêdo, UFERSA  
wellington.macedo@alunos.ufersa.edu.br

Fádyla Késsia Rocha de Araujo Alves, UFERSA  
fadyla.araujo@ufersa.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

Segundo Codo (1999) o fato dos professores estarem inseridos em uma sociedade capitalista, faz com que ele precise vender sua força de trabalho, e a mesma deve ser igual ao preço do trabalho que ele oferece, ou seja, à força de trabalho do docente deve-se atribuir um valor igual ao preço do seu trabalho. Logo, espera-se que a valorização docente seja implementada através de uma remuneração condizente com o valor do serviço oferecido à sociedade.

No entanto, alguns estudos da política educacional apontam uma realidade contrária a esse pensamento, especialmente no Rio Grande do Norte, conforme identificamos em alguns estudos desenvolvidos nesta rede pública estadual, como podemos observar nas leituras de: Ferreira (2010); Melo (2016) e Araújo (2017).

Partindo dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise bibliográfica acerca da política de valorização docente, considerando que a carreira e a remuneração são desafios a serem vencidos para que se possa conquistar essa política.

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento na Ufersa que estuda as políticas de valorização docente na rede pública de educação municipal de Angicos/RN, do qual fazemos parte.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma revisão da literatura, na perspectiva de compreender e analisar estudos de autores da área. Segundo Gil (2002), a revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Entre os autores analisados, destacam-se: Araújo (2017) que aborda o financiamento e a valorização dos professores da educação básica, partindo da política de fundos na rede pública

estadual de ensino do Rio Grande do Norte, a qual, segundo a autora, não tem sido suficiente na efetivação da valorização do trabalho docente.

Outro estudo relevante, nesta área, é o de Ferreira (2010), que destaca a política de valorização do magistério no contexto do financiamento da educação básica, tendo em vista a participação do Sindicato dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Norte – SINTE/RN e do governo estadual na implementação do PSPN, de modo especial, a representação da sociedade civil, através do SINTE/RN, não apenas na discussão da política de implementação do piso, mas no sentido de democratizar a gestão pública na perspectiva de atender as necessidades dos profissionais do magistério.

Citamos também, neste trabalho, a importante reflexão de Melo (2016) que discute as repercussões do PSPN no vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual do RN entre 2008 e 2014, considerando as contradições entre o SINTE/RN e o governo do Estado.

## **A CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DOCENTE COMO FATORES PREPONDERANTES NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Segundo Farenzena (2006), a disponibilidade e a alocação de recursos para o setor da educação precisam ser balizadas pelos requisitos referentes às fontes de financiamento, aos deveres do Estado para com a educação, à hierarquia de prioridades em relação aos níveis e às modalidades de ensino e às especificidades destes e à distribuição de competências entre os níveis governamentais. Porém, com as grandes limitações ao financiamento para a educação, a valorização da carreira docente fica cada vez mais frágil e encontra muitos obstáculos, como por exemplo, os avanços obtidos na legislação que são alvos das contradições que permeiam as políticas educacionais brasileiras.

Em 16 de Julho de 2008 aprova-se a Lei nº 11.738, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica, apontando uma possibilidade de melhoria na valorização docente ao determinar (anualmente) um valor mínimo a ser pago aos professores com formação em nível médio e carga horária de 40 horas. Teoricamente, esse avanço ampara o docente no que diz respeito a sua remuneração e também na carreira, pois, o PSPN prevê, também, a definição de uma carga horária para que esse profissional possa dedicar às suas atividades de planejamento.

Porém, segundo Melo (2016, p. 58) “é possível encontrar muita resistência por parte dos gestores públicos ao cumprimento dessa legislação”. As limitações da capacidade financeira dos entes federados é um dos argumentos mais utilizados pelos gestores para a implementação do PSPN, conforme previsto anualmente.

Pinto (2009, p. 61) esclarece: “caso se pretenda uma mudança significativa nos padrões de remuneração dos professores da educação básica e demais profissionais, é necessária uma nova estimativa de recursos para o seu financiamento”. Logo, consideramos que a efetivação da valorização do professor passa pela necessidade de reorganização da política de financiamento da educação e da remuneração atribuída ao docente pelo seu trabalho. Acredita-se, ainda, que essa reorganização direcionará a educação para um bom desempenho, dessa forma, é essencial que haja uma política nacional para que as necessidades emergenciais dessa classe sejam atendidas.

Araújo (2017) aponta que a carreira do professor é um movimento interno do docente na sua rede de ensino, que permite aumento na remuneração, logo, essas duas dimensões estão diretamente relacionadas. Por este motivo, algumas estratégias são usadas pelos governos locais para limitar o avanço na carreira docente, como por exemplo, o uso de avaliações de desempenho enquanto pré-requisito para que o professor avance na carreira e, assim, não receba aumentos consideráveis em sua remuneração.

Nessa perspectiva, as leituras realizadas nos permitem refletir acerca das implicações que a carreira docente apresenta na remuneração dos professores de educação básica, no entanto, sabemos que melhores condições de carreira e remuneração dependem da disponibilidade e alocação de recursos para o setor da educação em cada rede de ensino. A implementação dessa política não é algo simples de ser conquistado, carece de um esforço profundo que compreenda mudanças na política brasileira e que envolva os profissionais da educação, grupos sindicais e poderes legislativos e executivos interessados em atenderem esta causa.

## **CONCLUSÕES**

Trabalhar exaustivamente, ganhar menos, em comparação a outros profissionais com nível superior, não possuir plano de carreira bem estruturado, sofrer com a desestruturação física da escola, ser exigido em relação ao uso de novas metodologias que instiguem o aluno a

aprender, são alguns dos desafios que permeiam a educação e confirmam a precarização do trabalho docente. Além disso, comprometem a qualidade do ensino repassado ao discente e refletem em toda a sociedade de forma negativa.

Mesmo diante da implementação do PSPN, da importância que os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração exercem na vida dos trabalhadores docentes, percebe-se ainda a necessidade de melhorias e investimentos na carreira e remuneração desses profissionais, melhorias que efetivem a garantia dos direitos do professor, colaborando, também, na sua atuação dentro da comunidade escolar.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Fádyla Késsia Rocha de. **Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009–2015)**. Natal, RN, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.738, de 16 de julho de 2008**. Institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008.

CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho: Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar a falência da educação**. Petrópolis: Vozes: CNTE, 1999.

FARENZENA, Nalú. **A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. **Valorização do Magistério da Educação Básica do RN: participação do SINTE e do governo estadual na implementação do piso salarial profissional nacional na rede pública estadual no ano 2009**. 2010. Dissertação de Mestrado em Educação (UFRN). Natal, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Amilka Dayane Dias. **O vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual de ensino do RN (2008-2014): a implementação do PSPN - Lei n. 11.738/2008**. 2016. 182f. Dissertação de Mestrado em Educação (UFRN). Natal, 2016.

PINTO, José Marcelino Rezende. **Remuneração adequada do professor:** desafio à educação brasileira. Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 18 de março de 2021.